
TERMO DE REFERÊNCIA

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS

<i>Termo de Referência para DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS</i>	Data 23/11/2016	Versão 1.0
---	--------------------	---------------

SUMÁRIO

1. DO OBJETO	3
2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	3
3. DOS ÓRGÃOS / ENTIDADES ELEGÍVEIS	3
4. DA MANIFESTAÇÃO DOS INTERESSADOS	3
5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS	3
6. DA RETIRADA DOS BENS INSERVÍVEIS.....	4
7. DO TERMO DE DOAÇÃO E DE RECEBIMENTO	4
8. DA ELABORAÇÃO.....	4
ANEXO I – FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO.....	5
ANEXO II – TERMO DE VISTORIA E CLASSIFICAÇÃO DOS BENS	6

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1- O presente Termo de Referência visa subsidiar o chamamento público para a **doação de bens móveis inservíveis** de propriedade do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, conforme Anexo II deste documento.

2 - DAS FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1- A presente DOAÇÃO será regida pela Lei Federal nº 8.666/93, Decreto nº 99.658/90, Lei Estadual nº 287/79 e demais atos normativos vigentes.

3 – DOS ÓRGÃOS / ENTIDADES ELEGÍVEIS

3.1- Poderão receber os bens em doação:

3.1.1 – Órgãos da Administração Pública Municipal;

3.1.2 – Órgãos da Administração Pública Estadual;

3.1.3 – Órgãos da Administração Pública Federal;

3.1.4 – Entidades Filantrópicas reconhecidas de utilidade pública por qualquer esfera de Governo;

3.1.5 – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

4 – DA MANIFESTAÇÃO DOS INTERESSADOS

4.1 - Os interessados deverão encaminhar solicitação à Diretoria de Licitações e Contratos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, localizada à Av. Marechal Câmara, nº 350 – 9º andar, Edifício Canavarro - Centro, Rio de Janeiro/RJ CEP 20.020-080, mediante o modelo constante no Anexo I deste Instrumento, ou por meio eletrônico direcionado à contratos@mprj.mp.br.

4.2 - O prazo para manifestação dos interessados é de até 15 (quinze) dias corridos, a partir da publicação deste Edital.

4.3 – Durante o prazo improrrogável para manifestação, os interessados poderão enviar seus representantes para vistoriar o conjunto de bens disponíveis. O agendamento deverá ser feito através do tel.: (21) 3878-1785 (Sr. Leandro Correa).

4.3 – Só será considerada Manifestação de Interesse se a solicitação for entregue no prazo estipulado no subitem 4.2.

5 – DA DOCUMENTAÇÃO

5.1 - Para as Pessoas Jurídicas de Direito Privado, sem fins lucrativos, reconhecidas de utilidade pública pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, a documentação consistirá em:

5.1.1 - Requerimento do responsável pela entidade;

5.1.2 - Cópia de inscrição no CNPJ;

5.1.3 - Cópia da certidão de reconhecimento de utilidade pública federal, estadual ou municipal;

- 5.1.4 - Cópia do Termo de Parceria, no caso das OSCIPS;
- 5.1.5 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), aos débitos trabalhistas e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 5.1.6 - Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, Estadual, Municipal;
- 5.1.7 - Cópia do ato constitutivo da entidade, devidamente registrado em órgão oficial e atualizado.

5.2. A não apresentação da documentação no prazo estabelecido no Edital implicará eliminação da Instituição do procedimento de doação, seguindo-se à convocação do próximo na ordem de classificados.

6 - DA CLASSIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS

6.1- Para ser considerada como apta a receber em doação, a entidade interessada do subitem 3.1.4 e 3.1.5 deverá comprovar que tem como finalidade principal atividade de relevante valor social.

6.2 - A classificação dos pedidos de doação deverá obedecer a ordem de preferência disposta no item 3.1 deste Termo de Referência.

6.3 - Entre os órgãos ou entidades de mesma natureza ou categoria, a classificação far-se-á pela ordem cronológica da manifestação de interesse.

6.4 - O resultado da seleção dos órgãos/entidades será divulgado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (Parte IA – Ministério Público).

6.5 - Não havendo inscrição/habilitação pelos interessados elencados no item 5.1, por razões de interesse social, os bens poderão ser destinados a associações e/ou cooperativas de materiais recicláveis.

6.6 - Na impossibilidade da destinação tratada no item 6.5 e anteriores, ou seja, não acudindo interessados na presente doação, haverá descarga patrimonial dos bens irrecuperáveis visando a sua inutilização ou abandono, com sua respectiva entrega à empresa pública municipal de coleta de lixo, após a retirada das partes economicamente aproveitáveis, porventura existentes, que serão incorporados ao patrimônio.

7 - DA RETIRADA DOS BENS INSERVÍVEIS

7.1 A retirada dos bens inservíveis deverá ser previamente agendada junto à Diretoria de Material e Patrimônio, através do telefone: (21) 2550-7190, devendo ser realizada impreterivelmente no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da publicação do Termo de Doação, sob pena de os materiais selecionados serem oferecidos a outros órgãos/entidades que tenham interesse, segundo a ordem de precedência do subitem 3.1.

7.2 As despesas decorrentes da retirada, carregamento e transporte dos bens doados correrão integralmente pelo interessado.

7.3 – Os profissionais envolvidos na retirada dos bens inservíveis deverão, por conta e sob a responsabilidade de supervisão da Donatária, utilizar Equipamentos de Proteção Individual, especialmente luvas, botas e capacetes.

7.4 – A manifestação de interesse em receber os bens disponibilizados para doação, implicará a aceitação de todos os itens constantes do respectivo Termo e no estado de conservação em que se encontrarem.

7.5 - Não será permitida a escolha ou devolução de bens sob qualquer hipótese.

8 – DO RECEBIMENTO DOS BENS

8.1- Será firmado Termo de Doação com a instituição donatária e, ainda, será solicitado recibo dos bens inservíveis retirados.

8.2 - O órgão/entidade contemplada com a doação deverá apresentar relatório com registros, fotográficos, até 90 dias após o recebimento, no qual deverá ser demonstrada a correta destinação dos bens/materiais recebidos, tendo em vista o art. 25 da Lei 12.305/2010, a qual instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

"O poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos e das diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento".

8.3 - Enquanto o relatório previsto no item 8.2 não for apresentado, o órgão/entidade ficará impedido de pleitear nova doação no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

8.4 - O não atendimento das disposições previstas na Lei 12.305/2010 ou de seu regulamento, independentemente da existência de culpa, obriga os infratores a reparar os danos causados, sem prejuízo das sanções previstas em lei, em especial daquelas fixadas na Lei 9.605/1998.

9 – ELABORAÇÃO

Setor/Unidade	Responsável	Matr.	Assinatura
DMP / CPDB	Rafaela Carnevalli	3915	

ANEXO I

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO

Senhor(a) Secretário(a)-Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro,

A/o (Órgão/Instituição) _____, UG/CNPJ _____, localizado no endereço _____, e-mail _____, telefone de contato (____) _____, representado(a) neste ato pelo(a) Sr.(a) _____, CPF _____, matrícula n. _____ (se houver), nos termos do Edital de Doação MPRJ nº.01/2016; Lei n. 8.666/1993; Lei n. 12.305/2010; Decreto 99.658/1990 e Lei Estadual nº 287/79, vem solicitar a Vossa Excelência doação dos bens constantes do(s) lote(s) ÚNICO do Anexo II do presente Edital.

Neste ensejo, indico o(a) Sr(a). _____, _____ (cargo), CPF nº. _____, telefone (____) _____ para, em nome deste requerente, receber os bens no local em que se encontram, em horário a combinar.

Atenciosamente,

_____, ____/____/____.

Assinatura e Carimbo

ANEXO II

TERMO DE VISTORIA E TABELA DE CLASSIFICAÇÃO